



305ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DO CARAGUAPREV.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, às 15h30min, o Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev realizou reunião ordinária online por meio da plataforma digital Google Meet. Presentes à reunião o Presidente do Conselho Deliberativo Marcus da Costa Nunes Gomes, Ivone Cardoso Vicente Alfredo, Rosemeire Maria de Jesus, Roberta Alice Zimbres Franzolin, Gilceli de Oliveira Ubiña, Marcia Denise Gusmão Coelho e Ronaldo Cheberle. Ausente a Conselheira Ivy Monteiro Malerba. Presentes também à reunião o Presidente do CaraguaPrev, Pedro Ivo de Sousa Tau e a Diretora Financeira do CaraguaPrev, Luana M. Forcioni Guedes. Por solicitação do Presidente do Conselho Deliberativo, o Presidente do CaraguaPrev deu abertura a reunião agradecendo a presença de todos, e elencou os itens da pauta sendo: 1) Prestação de contas julho/2022; 2) Lei Orçamentária Anual 2023; 3) Renovação Credenciamento Vinci Equities e Vila Rica; 4) SIAFIC; e 5) Modernização Administrativa. O Presidente do CaraguaPrev passou aos comunicados iniciais e informou aos Conselheiros que no dia 02 de setembro 2022 (sexta-feira) das 08h30min. às 11h, teremos no Teatro Mário Covas o evento Café dos Aposentados (Programa de Pré e Pós aposentadoria), voltado aos aposentados, pensionistas e servidores em fase de pré aposentadoria, onde serão apresentadas palestras a este público. Em seguida informou que será realizado nos dias 17 a 19 de outubro de 2022 um curso presencial de Certificação Profissional, para os profissionais que atuam como dirigentes da unidade gestora do RPPS, ou responsável pela gestão dos recursos ou dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos. Também está disponibilizado aos Conselheiros o curso on-line da Consultoria Previdenciária ABCprev. O Presidente do CaraguaPrev passou a palavra à Diretora Financeira, com o primeiro item da pauta, que trata da prestação da Prestação de Contas do mês de JULHO de dois mil e vinte e dois, que está disponibilizada no site do Instituto, sendo enviado o link para os Conselheiros no ato da convocação da reunião, também aprovadas as demonstrações financeiras, os relatórios e balanços contábeis das receitas e despesas, as conciliações bancárias, apresentada a evolução da execução do orçamento do RPPS, o relatório mensal dos investimentos e as contribuições previdenciárias, a rentabilidade, o enquadramento dos investimentos com a Política de Investimentos do CaraguaPrev e atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional. Após foi apresentado o Gráfico da evolução patrimonial e rentabilidade mensal do ano de 2022 e os



dados atualizados dos fluxos de caixa e dos investimentos, com visão de curto, médio e longo prazo, conforme relatório da análise dos investimentos e balanços contábeis disponibilizado a todos os conselheiros e segurados do CaraguaPrev no site do Instituto. Explicou ainda que o mês de julho, os ativos apresentaram performances positivas no mês, em todos os seguimentos de renda fixa e renda variável, investimentos estruturados e BDR. Pontuou que no cenário geral, embora ainda haja grande preocupação com a dinâmica da inflação global, cada vez mais as atenções se voltam para a desaceleração do crescimento, com as projeções para o PIB mundial sendo sucessivamente revisadas para baixo. O mês de julho foi muito volátil, com investidores preocupados com o cenário inflacionário global no início do mês, no entanto, mudou bruscamente com os dados de atividade dos EUA arrefecendo e com a reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto, onde as autoridades do Federal Reserve se comprometeram a controlar a inflação, mas também sinalizaram que não acham que os apertos terão de ser muito elevados, por conta da atividade econômica e com a alta dos preços desacelerando. Nos Estados Unidos, Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq avançaram, respectivamente, 0,97%, 1,42%, e 1,88% – no melhor mês desde novembro de 2020. No campo geopolítico, a Guerra da Ucrânia alcançou seu 5º mês de duração, ainda sem a perspectiva de acordo de cessar-fogo. No Brasil o IPCA recuou 0,68% (M/M) em julho, acumulado de 10,14% em 12 meses, com SELIC a 13,75% a.a.. No Brasil, os temores fiscais diante das últimas medidas aprovadas no Congresso permaneceram no radar, trazendo mais incertezas ao arcabouço fiscal e à sustentabilidade da dívida pública, além do início da corrida presidencial e das turbulências externas, que devem continuar a trazer volatilidades aos ativos domésticos. No ambiente doméstico, o Ibovespa recuperou parte da queda de junho e fechou com alta de 4,69% aos 103.165 pontos. No ano, o índice ainda acumula desempenho negativo de 1,58%, justificados, sobretudo, pela redução de aversão ao risco dos investidores dado à possibilidade de término do ciclo de aperto monetário doméstico. No mesmo sentido, em dólar, o Ibovespa subiu à 13ª posição no ranking global, acumulando valorização (em dólar) de 5,46% em 2022. Sendo os fatores relevantes para explicação dos movimentos nos mercados locais. Foi apresentado o relatório com todos os investimentos do CaraguaPrev pelo sistema financeiro da LDB empresas, a posição em Renda Fixa: 1) Títulos do Tesouro Nacional, que representam 54,51% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, sendo que a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, auxilia numa “ancoragem de rentabilidade” acima da meta atuarial e contribui para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo e risco soberano, conforme aprovação nas atas anteriores, permanece a



decisão do Conselho de maior alocação e manutenção desses ativos, conforme artigo 88 da Portaria MTP 1.467/22; 2) Fundos 100% Títulos Públicos que representam 11,99% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, conforme aprovação na ata anterior houve redução nos fundos de investimento Santander RF IMA-B5 PREMIUM FIC FI e Fundo de Investimento Caixa Brasil IDKA 2 FI, com manutenção dos demais fundos de investimento para o próximo mês; 3) Fundos Renda Fixa que representam 4,36% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com aprovação do Conselho para alocação de recursos oriundos de contribuições previdenciárias, resgates de fundos de investimento de renda variável, pois com o aumento da Selic para 13,25% os fundos de renda fixa tornaram-se atrativos, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; 4) FIDC Cota Sênior que representa 0,10% da carteira do Instituto, apresentou rentabilidade acima da meta atuarial no mês, com manutenção da posição atual desses ativos; 5) Fundos de Ações que representam 14,36% da carteira do Instituto, apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, mas diante do cenário econômico a renda variável terá muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Ata anterior, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será resgatado e aplicado em títulos públicos federais, desde que estejam com taxas superiores a meta atuarial do CaraguaPrev e em fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial; 6) Fundos de Investimento no exterior e Investimentos Estruturados apresentaram rentabilidade acima da meta atuarial no mês, mas diante do cenário econômico do exterior, devido ao cenário de guerra, alta de taxa de juros mundial, possível recessão dos Estados Unidos, os investimentos no exterior terão muita volatilidade, conforme aprovação de desinvestimento do Conselho Deliberativo em Ata anterior, o fundo de investimento que apresentar rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, será parcialmente resgatado e aplicado em fundos de investimentos em Renda Fixa, principalmente dos fundos atrelados a DI, que possuem pouca volatilidade e rentabilidade acima da meta atuarial. Após apresentação, a Prestação de Contas mensal passou por deliberação dos Conselheiros, sendo aprovadas por todos os presentes. O Conselho avaliou e aprovou o resgate do valor, conforme aprovado anteriormente pelo Comitê de Investimentos, aplicado no Banco Itaú, Fundo de Investimento ITAU FOF RPI ACOES IBOVESPA ATIVO FICFI, CNPJ: 08.817.414/0001-10, para aplicação do valor total resgatado no Fundo de Investimento ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI, CNPJ: 00.832.435/0001-00. Após análise ficou constatado que o



ITAU FOF RPI ACOES IBOVESPA ATIVO FICFI obteve rentabilidade até o mês de julho/22 de -0,85%, com volatilidade de 20,10%, em contrapartida o Fundo de Investimento ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI, obteve rentabilidade até o mês de julho/22 de 7,00%, com volatilidade de 0,19%, a alteração busca uma maior rentabilidade e proteção dos investimentos do Instituto no cenário econômico atual. O Conselho avaliou e aprovou o resgate do valor, conforme aprovado anteriormente pelo Comitê de Investimentos, aplicado no Banco Itaú, Fundo de Investimento ITAU PRIVATE MULTIMERCADO SP500 BRL FICFI, CNPJ: 26.269.692/0001-61, para aplicação do valor total resgatado no Fundo de Investimento ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI, CNPJ: 00.832.435/0001-00. Após análise ficou constatado que o ITAU PRIVATE MULTIMERCADO SP500 BRL FICFI obteve rentabilidade até o mês de julho/22 de -9,27%, com volatilidade de 20,51%, em contrapartida o Fundo de Investimento ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI, obteve rentabilidade até o mês de julho/22 de 7,00%, com volatilidade de 0,19%, a alteração busca uma maior rentabilidade e proteção dos investimentos do Instituto no cenário econômico externo atual, dependendo esse resgate ser efetuado num momento onde os recursos estejam com rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial. Para os demais fundos de investimento em renda variável, investimentos no exterior e investimentos estruturados já foi aprovado anteriormente pelos membros do Conselho Deliberativo o seus resgates, que deverão estar com rentabilidade positiva acumulada desde a sua aplicação inicial, para a compra dos Títulos Públicos e aplicação em fundos de investimento em Renda Fixa DI. Fica ratificada a aprovação anterior de aplicação em Títulos Públicos Federais, NTN-B, com recursos de fundos de Renda fixa, FI CAIXA BRASIL RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, ITAU INSTITUCIONAL RENDA FIXA REFERENCIADO DI FI e BB PREV RF REF DI LP PERFIL FIC FI. O segundo item da pauta trata da Lei Orçamentária Anual 2023 – LOA, onde foram apresentados aos Conselheiros todos os valores de receitas e despesas para o ano de 2023, sendo aprovado pelos presentes. Em seguida passou-se ao terceiro item da pauta que trata da Renovação Credenciamento Vinci Equities e Vila Rica, avaliada a documentação foram aprovadas pelos Conselheiros as gestoras credenciadas. Após o Presidente do CaraguaPrev seguiu com a palavra e passou ao quarto item da pauta que trata do SIAFIC - Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, é o software único e integrado de contabilidade que engloba o conjunto de rotinas, procedimentos e requisitos ao funcionamento das entidades e deve ser adotado pelo setor público à partir de 1º janeiro de 2023 e que o sistema será único para cada ente federativo, conforme Decreto Federal nº 10.540, de 05 de



novembro de 2020 e Decreto municipal nº 1.459, de 05 de maio de 2021. A fim de implementação do SIAFIC no município, será necessário a celebração de convênio, entre outras formalidades, já que se trata de uma exigência federal, sendo aprovado pelos Conselheiros presentes. Por fim, o último item da pauta trata da Modernização Administrativa, que dispõe sobre a alteração da Lei Complementar Municipal n.º 59, de 05 de novembro de 2015, a fim de realizar a modernização administrativa, em função do Pró Gestão e certificações para a Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos e Conselhos do CaraguaPrev, conforme Portaria MTP n.º 1.467, de 02 de junho de 2022. Aberto o processo administrativo n.º 23.683/2022 e enviado a minuta do projeto de lei por e-mail previamente para análise dos Conselheiros Deliberativos. A Conselheira Rosemeire Maria de Jesus protocolou previamente a seguinte emenda: no anexo II, aumentando de 01 (um) para 02 (dois) o cargo de Técnico de informática, a Conselheira pediu a palavra e disse que o cargo é muito importante devido à funcionalidade do instituto, onde todo o serviço hoje é informatizado, por rede, servidor e programas/software, sendo aprovado por todos os presentes, ficando o Anexo II da seguinte forma: *‘TABELA DE CARGOS E REFERÊNCIAS DE PROVIMENTO EFETIVO DO QUADRO DO CARAGUAPREV’*

<i>Técnico em Informática</i>	<i>N-53 / F-A</i>	<i>02</i>	<i>40h</i>
-------------------------------	-------------------	-----------	------------

Em seguida a Conselheira Roberta Franzolin, protocolou previamente a emenda que trata de alteração do artigo 81, estendendo à Diretoria Executiva a opção de gratificação de função da mesma forma concedida ao Presidente. A Conselheira pediu a palavra e explicou que tal gratificação já está regulamentada pelo Estatuto do Servidor, mas para deixar de uma forma mais clara e trazer para o texto da Lei do CaraguaPrev incluiu tal emenda, que foi aprovada por todos os presentes, ficando o texto da seguinte forma: *“Art. 81. O Presidente do CARAGUAPREV, bem como os demais membros da Diretoria Executiva, poderão optar pela remuneração de seu cargo de origem, acrescida de gratificação de função, a ser fixada pelo Prefeito Municipal, no ato de atribuição de 30% (trinta por cento), conforme a Lei Complementar n.º 25, de 25 de outubro de 2007, sendo custeada pelo CARAGUAPREV.”* O Presidente do Conselho, Marcus N. Gomes, solicitou a alteração do §12 do art. 70 e do §9º do art. 72, que trata da gratificação mensal de jeton no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, tendo em vista todas as exigências constantes na Portaria MTP 1.467/2022, que exige certificações específicas aos Conselheiros e responsabilizações, que foi aprovada por todos os presentes o texto da seguinte forma: *“Art. 70. (...) § 12. O Conselheiro Deliberativo titular receberá do CARAGUAPREV gratificação mensal jeton no valor correspondente*



a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo nacional, desde que não falte em reunião ordinária ou extraordinária independente de justificativa e cumpra os demais requisitos desta lei, em especial a certificação de que trata o inciso II do artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; **Art. 72. (...) § 9º.** O Conselheiro Fiscal titular receberá do CARAGUAPREV gratificação mensal jeton no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo nacional, desde que desde que não falte em reunião ordinária ou extraordinária independente de justificativa e cumpra os demais requisitos desta lei, em especial a certificação de que trata o inciso II do artigo 8º-B da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998”. Registre-se que o Certificado de Regularidade Previdenciária foi renovado e está vigente até o dia 21 de novembro de 2022. Nada mais havendo a tratar, encerrada a reunião pelo Presidente do Conselho Deliberativo às 17h, lavrada a competente Ata, que segue, para aprovação dos membros do Conselho Deliberativo.

Marcus da Costa Nunes Gomes
Presidente do Conselho Deliberativo

Roberta Alice Zimbres Franzolin
Membro do Conselho Deliberativo


Ivone Cardoso Vicente Alfredo
Membro do Conselho Deliberativo

Rosemeire Maria de Jesus
Membro do Conselho Deliberativo
Certificação: ANBIMA CPA-10

Marcia Denise Gusmão Coelho
Membro do Conselho Deliberativo

Gilceli de Oliveira Ubiña
Membro do Conselho Deliberativo

Ronaldo Cheberle
Membro do Conselho Deliberativo

Pedro Ivo de Sousa Tau
Presidente do CaraguaPrev
Certificado ANBIMA CPA-10 

Luana Moussalli Forcioni Guedes
Diretora Financeira do CaraguaPrev
Certificação: ANBIMA CPA-10